

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
(controladora e consolidado)
em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	6
Balancos patrimoniais (controladora e consolidado)	10
Demonstrações dos resultados (controladora e consolidado)	11
Demonstrações dos resultados abrangentes (controladora e consolidado)	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	13
Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)	14
Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	16

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.

A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") possui 100% de participação na Companhia.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Pagamento de debêntures

Nos dias 15 de maio e 15 de novembro de 2019 a Companhia amortizou o primeiro e o segundo saldo da dívida no valor total de R\$ 61.020 de principal e R\$ 33.698 de juros.

(b) Redução de capital nas controladas

Durante o exercício findo em 2019 a Companhia reduziu o capital social nas controladas no valor de R\$ 42.000 na Triângulo e R\$ 29.500 na Vila do Conde.

(c) Recompra de ações

Durante o exercício findo em 2019 a Companhia realizou recompra de ações no valor total de R\$ 252.983.

(d) Dividendos a pagar

Durante o exercício findo em 2019 a Companhia pagou para a sua controladora o montante de R\$ 4.670 de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 14.010 de dividendo adicional proposto, ambos apurados sobre lucro líquido do exercício de 2018.

(e) Dividendos a receber

Durante o exercício findo em 2019 a Companhia recebeu dividendos no montante de R\$ 34.846 da Triângulo e R\$ 35.978 da Vila do Conde.

(f) Mútuo

Durante o exercício findo em 2019 a Companhia recebeu de mútuo o montante de R\$ 64.983 das suas controladas.

(g) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão das controladas no exercício de 2019 foi de 99,99% na Vila do Conde e 99,97% na Triângulo (99,97% e 100%, respectivamente, no exercício de 2018).

(h) Receita anual permitida (RAP)

A Resolução Homologatória nº 2.565 de 28 de junho de 2019 estabeleceu a RAP da Triângulo e da Vila do Conde em R\$ 119.256 mil e R\$ 83.951 mil, respectivamente.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios e para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria

Veja as Notas 7.3 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

O reconhecimento do ativo concessão e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes das controladas da Companhia como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;
- (ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e
- (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Balanços patrimoniais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	9	9	111.817	141	117.767
Títulos e valores mobiliários	10	275	-	47.790	123.238
Concessionárias e permissionárias	11	-	-	17.101	18.502
Dividendos a receber	26	30.498	52.835	-	-
Ativo de contrato	12	-	-	165.070	157.848
Mútuo	26	48.057	44.875	-	-
Impostos e contribuições a recuperar		580	-	4.153	2.706
Outros ativos		77	-	11.844	17.894
Total do ativo circulante		79.496	209.527	246.099	437.955
Caixa restrito	13	5.198	60.400	5.198	60.400
Ativo de contrato	12	-	-	746.546	796.538
Mútuo	26	82.499	134.625	-	-
Total do realizável a longo prazo		87.697	195.025	751.744	856.938
Imobilizado e Intangível		-	-	9.187	8.998
Investimentos	14	616.209	673.035	-	-
Total do imobilizado/intangível/investimento		616.209	673.035	9.187	8.998
Total do ativo não circulante		703.906	868.060	760.931	865.936
Total do ativo		783.402	1.077.587	1.007.030	1.303.891
Fornecedores		1.039	105	1.419	1.147
Debêntures	15 (a)	67.586	56.439	67.586	56.439
Salários e encargos a pagar		-	-	2.435	2.492
Impostos e contribuições a recolher	16	920	54	15.877	14.508
PIS e COFINS diferidos	17	-	-	11.783	11.272
Dividendos a pagar	26	9.122	4.670	9.122	4.670
Adiantamento para futuro aumento de capital		200	200	200	200
Encargos setoriais		-	-	7.754	7.758
Contas a pagar	15 (b)	3.166	19.513	3.166	19.513
Outros passivos		70	-	5.375	6.443
Total do passivo circulante		82.103	80.981	124.717	124.442
Debêntures	15 (a)	428.309	485.910	428.309	485.910
PIS e COFINS diferidos	17	-	-	55.122	60.191
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	124.537	121.335
Outros passivos		-	-	1.355	1.317
Total do passivo não circulante		428.309	485.910	609.323	668.753
Total dos passivos		510.412	566.891	734.040	793.195
Capital social	20 (a)	85.600	85.600	85.600	85.600
Reserva de lucros	20 (c)	187.390	172.113	187.390	172.113
Outras reservas de capital	20 (b)	-	252.983	-	252.983
Total do patrimônio líquido		272.990	510.696	272.990	510.696
Total do passivo e patrimônio líquido		783.402	1.077.587	1.007.030	1.303.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado (controladora e consolidado) Período de 26 de junho a 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	22	-	-	143.474	39.292
Pessoal		-	-	(9.489)	(834)
Material		-	-	(896)	(83)
Serviços de terceiros	23 (a)	-	-	(14.004)	(1.005)
Outros		-	-	(2.613)	(190)
Custos operacionais		-	-	(27.002)	(2.112)
Lucro bruto		-	-	116.472	37.180
Pessoal		-	-	(390)	(22)
Serviços de terceiros	23 (b)	(511)	(12)	(6.542)	(643)
Outros		(319)	(216)	(4.301)	(1.314)
Despesas operacionais		(830)	(228)	(11.233)	(1.979)
Resultado antes das despesas financeiras		(830)	(228)	105.239	35.201
Receitas financeiras		16.682	38	6.826	516
Despesas financeiras		(40.605)	(1.194)	(43.924)	(2.840)
Despesas financeiras líquidas	24	(23.923)	(1.156)	(37.098)	(2.324)
Resultado de equivalência patrimonial	14	63.162	21.047	-	-
Resultado antes dos impostos		38.409	19.663	68.141	32.877
Corrente		-	-	(26.563)	(2.916)
Diferido		-	-	(3.169)	(10.298)
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	(29.732)	(13.214)
Lucro líquido do exercício		38.409	19.663	38.409	19.663
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	21			0,15	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	38.409	19.663	38.409	19.663
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	38.409	19.663	38.409	19.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado											
	Nota	Capital				Outras reservas de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Social	Reserva legal		Reserva de lucros a realizar	Dividendo adicional proposto			
Saldo em 26 de junho de 2018 (Constituição)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subscrição de capital em 26 de junho		100	(100)	-	-	-	-	-	-	-	
Integralização de capital em 4 de julho		-	-	10	-	-	-	-	-	10	
Integralização de capital em 4 de setembro		-	-	90	-	-	-	-	-	90	
Aumento de capital com emissão de novas ações		-	-	85.500	-	-	-	-	-	85.500	
Outras reservas de capital	20 (b)	-	-	-	462.983	-	-	-	-	462.983	
Recuperação de ações	20 (b)	-	-	-	(210.000)	-	-	-	-	(210.000)	
Reserva de lucros a realizar	20 (c)	-	-	-	-	-	157.120	-	-	157.120	
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	19.663	19.663	
Reserva Legal		-	-	-	-	983	-	-	(983)	-	
Dividendo mínimo obrigatório	20 (c)	-	-	-	-	-	-	-	(4.670)	(4.670)	
Dividendo adicional proposto	20 (c)	-	-	-	-	-	-	14.010	(14.010)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		100	(100)	85.600	252.983	983	157.120	14.010	-	510.696	
Recuperação de ações	20 (b)	-	-	-	(252.983)	-	-	-	-	(252.983)	
Pagamento de dividendo adicional proposto	20 (c)	-	-	-	-	-	-	(14.010)	-	(14.010)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	38.409	38.409	
Reserva Legal		-	-	-	-	1.921	-	-	(1.921)	-	
Dividendo mínimo obrigatório	20 (c)	-	-	-	-	-	-	-	(9.122)	(9.122)	
Dividendo adicional proposto	20 (c)	-	-	-	-	-	-	27.366	(27.366)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019		100	(100)	85.600	-	2.905	157.120	27.366	-	272.990	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		38.409	19.663	38.409	19.663
Ajustes para:					
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	3.169	10.298
- PIS e COFINS diferidos		-	-	(2.781)	2.335
- Equivalência	14	(63.162)	(21.047)	-	-
- Juros, correção monetária e custo de transação das debêntures	24	39.650	1.194	39.651	2.840
- Juros do mútuo	26	(14.930)	-	-	-
- Remuneração do ativo de contrato	12	-	-	(115.077)	(97.658)
		(33)	(190)	(36.629)	(62.522)
Variações em:					
- Títulos e valores mobiliários		(275)	-	75.448	-
- Concessionárias e permissionárias		-	-	1.401	3.048
- Ativo de contrato	12	-	-	157.847	13.221
- Impostos e contribuições a recuperar		(580)	-	(1.447)	11.657
- Outros ativos		(1.186)	-	4.942	(2.777)
- Fornecedores		934	(3.500)	271	-
- Salários e encargos a pagar		-	-	(57)	-
- Impostos e contribuições a recolher		866	54	1.369	(8.645)
- Encargos setoriais		-	-	(4)	475
- Contas a pagar		(7.733)	-	(7.733)	-
- Outros passivos		71	67	(1.666)	(2.992)
- Debentures - pagamento de juros	15	(33.698)	-	(33.698)	-
Caixa (utilizado) gerado atividades operacionais		(41.634)	(3.569)	160.044	(48.535)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Caixa restrito	13	55.202	(60.400)	55.202	(60.400)
Imobilizado e intangível		-	-	(189)	-
Mútuos - liberação	26 (ii)	-	(179.500)	-	-
Mútuos - recebimento	26 (ii)	64.983	-	-	-
Redução de capital nas controladas	14 (a)	71.500	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa adquirido das controladas		-	86	-	-
Dividendos recebidos	26 (i)	70.824	-	-	-
Caixa (utilizado) gerado atividades de investimento		262.509	(239.814)	55.013	(60.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Debentures - captação	15	-	565.000	-	565.000
Debentures - pagamento de principal	15	(61.020)	-	(61.020)	-
Financiamentos - liquidação	26 (ii)	-	-	-	(128.498)
Dividendos pagos	26 (iii)	(18.680)	-	(18.680)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	200	-	200
Recompra de ações próprias	20 (b)	(252.983)	(210.000)	(252.983)	(210.000)
Caixa utilizado (gerado) atividades de financiamento		(332.683)	355.200	(332.683)	226.702
(Redução) Aumento líquido em caixa e equivalentes		(111.808)	111.817	(117.626)	117.767
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício		111.817	-	117.767	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		9	111.817	141	117.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)

Período de 26 de junho a 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receitas (1)		-	-	162.700	42.429
Remuneração do ativo de contrato	22	-	-	143.257	38.825
Receita de operação e manutenção	22	-	-	23.309	7.545
Outras receitas	22	-	-	939	(4.055)
Parcela variável	22	-	-	(4.805)	114
Insumos adquiridos de terceiros (2)		830	228	28.356	3.235
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		830	-	17.513	1.278
Despesas gerais, administrativas e outros		-	228	10.843	1.957
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		(830)	(228)	134.344	39.194
Depreciação e amortização (4)		-	-	-	-
Valor adicionado líquido (3) - (4) = (5)		(830)	(228)	134.344	39.194
Valor adicionado recebido em transferência (6)		79.844	21.085	6.826	516
Resultado de equivalência patrimonial	14	63.162	21.047	-	-
Receitas financeiras	24	16.682	38	6.826	516
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		79.014	20.857	141.170	39.710
Distribuição do valor adicionado		79.014	20.857	141.170	39.710
Pessoal		-	-	9.878	856
Impostos, taxas e contribuições		-	-	48.958	16.351
Juros	24	40.605	1.194	43.925	2.840
Lucro líquido do exercício		38.409	19.663	38.409	19.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	17
2.	Base de preparação	17
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	18
4.	Uso de estimativas e julgamentos	18
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	18
6.	Sazonalidade	18
7.	Principais políticas contábeis	18
8.	Novas normas e interpretações	27
Ativos		
9.	Caixa e equivalentes de caixa	28
10.	Títulos e valores mobiliários	28
11.	Concessionárias e permissionárias	29
12.	Ativo de contrato	29
13.	Caixa restrito	29
14.	Investimentos	30
Passivos e Patrimônio Líquido		
15.	Debêntures	31
16.	Impostos e contribuições a recolher	33
17.	PIS e COFINS diferidos	34
18.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	34
19.	Passivos contingentes	34
20.	Patrimônio líquido	34
Desempenho do ano		
21.	Lucro básico e diluído por ação	36
22.	Receita operacional líquida	36
23.	Serviços de terceiros	37
24.	Despesas financeiras líquidas	37
Tributos sobre o lucro		
25.	Imposto de renda e contribuição social	38
Outras informações		
26.	Transações com partes relacionadas	38
27.	Gestão de riscos financeiros	40
28.	Cobertura de seguros	42
29.	Evento subsequente	43

1 Contexto operacional

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. (“Triângulo”) e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (“Vila do Conde”).

A Celeo Redes Brasil S.A. (“Celeo”) possui 100% de participação na Companhia.

(a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria “B” perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria “B”.

(b) Controladas

As controladas (também definidas como “Grupo” quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão de energia, com prazo de exploração de 30 anos.

	Contrato de concessão	Término do contrato	RAP		Redução da RAP	Indexador
			2018-2019	2019-2020		
Triângulo	004/2006	26/04/2036	114.044	119.256	Julho-2024	IPCA
Vila do Conde	003/2005	04/03/2035	77.990	83.951	Maior-2021	IGP-M

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de março de 2020.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

As controladas da Companhia não possuem sazonalidade nas suas operações.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

7.1 Base de consolidação

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu o resultado referente ao mês de dezembro das controladas.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

7.2 Instrumentos financeiros

(c) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(d) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(e) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(f) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(g) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

7.3 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas controladas.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, as controladas possuem duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as controladas mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA (Triângulo) e do IGP-M (Vila do Conde).

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as controladas nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, as controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de Reserva de lucros a realizar.

7.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração do Grupo.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

7.7 Provisões para perdas esperadas de créditos

A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC") é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

7.8 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

8 Novas normas e interpretações

(a) Novas normas e interpretações (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019)

i. CPC 06 (R2) - Arrendamentos / IFRS 16 - Leases

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

O Grupo não identificou impactos na adoção da norma em 1º de janeiro de 2019.

ii. ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro / IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 - Income Taxes quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação

O Grupo não identificou impactos na adoção da norma em 1º de janeiro de 2019.

(b) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; (ii) Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); (iii) Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); e (iv) IFRS 17 Contratos de Seguros.

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Conta corrente		9	58	9	135
Operações compromissadas	(a)	-	111.759	132	117.632
		9	111.817	141	117.767

A redução no saldo refere-se principalmente ao resgate para pagamento das recompras de ações, pagamento de dividendos e pagamento das debêntures.

- (a) No exercício de 2018, o Grupo havia estruturado seus recursos por meio de operações compromissadas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Banco Itaú. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 61,4% com vencimento máximo de 3 meses.

10 Títulos e valores mobiliários

		Consolidado	
		2019	2018
CDB	(a)	44.637	101.403
Fundo de investimento	(b)	3.117	18.840
Outras aplicações		36	2.995
		47.790	123.238

A redução no saldo refere-se principalmente ao resgate para pagamento das recompras de ações, pagamento de dividendos e pagamento das debêntures.

- (a) O Grupo estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98% (97,9% em 2017) do DI com vencimento em agosto e novembro de 2020.
- (b) Fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2019 foi de 5,63% (6,07% no exercício findo em 2018).

11 Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	15.888	15.166
Até 3 meses	172	197
Acima de 3 meses	1.041	3.139
	17.101	18.502

A provisão para perdas esperadas de créditos não é reconhecida, pois no caso de não recebimento, o Grupo pode acionar o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia.

12 Ativo de contrato

	Triângulo	Vila do Conde	Total Consolidado
Em 26/06/2018	-	-	-
Transferência do controle acionário	597.571	272.378	869.949
Remuneração do ativo de contrato	64.879	32.779	97.658
Recebimentos	(8.380)	(4.841)	(13.221)
Em 31 de dezembro de 2018	654.070	300.316	954.386
Remuneração do ativo de contrato	76.614	38.463	115.077
Recebimentos	(98.396)	(59.451)	(157.847)
Em 31 de dezembro de 2019	632.288	279.328	911.616

	Consolidado	
	2019	2018
Circulante	165.070	157.848
Não circulante	746.546	796.538
	911.616	954.386

Os efeitos da adoção inicial estão apresentados na nota explicativa 20 (c) (iii).

13 Caixa restrito

Com a entrada do recurso proveniente da emissão das debêntures (nota explicativa 15) e como parte das garantias dessa operação, a Companhia constituiu o preenchimento das contas reservas no Banco Citibank, referentes as: (i) garantias de O&M (operação e manutenção) no valor de R\$ 5.050; e (ii) serviço da dívida no valor de R\$ 55.350.

Em maio de 2019 a Companhia contratou fiança bancária e liberou a conta reserva referente ao item (ii) serviço da dívida.

Em 31 de dezembro 2019 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos "Cash Blue fundo de investimento renda fixa referenciado DI" no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2019 foi de 5,54% (5,98% no exercício findo em 2018).

14 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos nas controladas apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	Triângulo	Vila do Conde	Total Controladora
Em 26/06/2018	-	-	-
Transferência do controle acionário	384.604	267.384	651.988
Equivalência patrimonial	13.286	7.761	21.047
Em 31 de dezembro de 2018	397.890	275.145	673.035
Redução de capital	(42.000)	(29.500)	(71.500)
Dividendos recebidos	-	(17.990)	(17.990)
Equivalência	30.857	32.305	63.162
Dividendo mínimo obrigatório	(14.657)	(15.841)	(30.498)
Em 31 de dezembro de 2019	372.090	244.118	616.209

(b) Informações financeiras resumidas das controladas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possui 100% de participação nas empresas Triângulo e Vila do Conde. A seguir estão as informações financeiras resumidas das controladas.

	Triângulo		Vila do Conde	
	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	144.381	195.159	100.776	130.980
Ativo não circulante	534.631	560.803	221.102	244.733
Passivo circulante	86.954	103.128	33.722	38.044
Passivo não circulante	219.968	254.944	43.540	62.524
Patrimônio líquido	372.090	397.890	244.616	275.145
Lucro líquido	30.857	42.594	32.305	37.871

15 Debêntures

		Controladora e Consolidado	
		2019	2018
Debêntures		565.406	-
Custo de transação		(23.057)	-
Saldo inicial		542.349	-
Captação	(a)	-	565.000
Custo de transação	(b)	-	(23.068)
Juros		36.910	406
Amortização - principal		(61.020)	-
Amortização - juros		(33.698)	-
Amortização - custo de transação		2.740	11
Custo de transação - baixa do saldo	(b)	8.614	-
Debêntures		507.599	565.406
Custo de transação		(11.703)	(23.057)
		495.895	542.349

- (a) A Companhia emitiu debêntures no dia 18 de dezembro de 2018 destinadas ao pagamento integral dos financiamentos vigentes nas controladas, realização de contratos de mútuos intercompany e distribuição de recursos para a controladora da Companhia. O valor total captado foi de R\$ 565.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 24 de dezembro de 2018. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros CDI + 0,75% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de maio de 2023.

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas semestrais e consecutivas, a partir do 6º (sexto) mês (inclusive) contado da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro, de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de maio de 2023.

Os saldos estão segregados conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Circulante	67.586	56.439
Não circulante	428.309	485.910
	495.895	542.349

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2019
Em 2021	48.143
Em 2022	49.803
Em 2023	330.363
	428.309

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir:

- Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura;
- Qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros;
- Liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial e declaração de falência da Companhia e/ou das controladas;
- A Companhia deixar de ser uma sociedade por ações;
- Distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório caso esteja inadimplente com a escritura;
- Aumento de capital nas controladas acima de R\$ 5.000 sem a prévia anuência dos debenturistas;
- Descumprimento dos seguintes índices financeiros (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05 mais de 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas ou (b) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado inferior ou igual a 3,50 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD e da Dívida Líquida/EBITDA

i. Cálculo do ICSD

	2019
(+) EBITIDA ajustado consolidado	146.611
(+) Receita de juros	6.566
(-) CAPEX	(189)
(-) Tributos	(26.706)
(A) Fluxo de caixa gerado consolidado	126.282
Amortização de principal	61.020
Pagamento de juros	33.698
(B) Serviço da dívida das debêntures	94.718
(A) Fluxo de caixa gerado consolidado	126.282
(B) Serviço da dívida das debêntures	94.718
(C) ICSD (A) / (B)	1,33

ii. Cálculo da Dívida Líquida/EBITDA

	2019
(+) Empréstimos bancários de curto prazo	-
(+) Debêntures no curto prazo	67.586
(+) Empréstimos bancários de longo prazo	-
(+) Debêntures no longo prazo	440.013
(+) Empréstimos de longo prazo concedidos por empresas coligadas	-
(+) Contas a pagar com operações de derivativos	-
(-) Contas a receber com operações de derivativos	-
(-) Disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários	(47.931)
(A) Dívida Líquida	459.668
(+/-) Lucro/Prejuízo antes dos imposto de renda	68.141
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	37.098
(+/-) Resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo	-
(+) Depreciações e amortizações	-
(+/-) Perdas (desvalorização) por impairment/reversões de perdas anteriores	-
(+/-) Resultado com operações descontinuadas negativo/positivo	-
(-) Outras receitas operacionais	(939)
(+) PIS e COFINS diferidos por conta da aplicação CPC 47	(2.781)
(-) Margem de construção (Receita de construção - custo de construção)	-
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(115.077)
(-) Receita para cobertura dos gastos com operação e manutenção	(23.309)
(+) Receita Anual Permitida no exercício (menos as deduções da receita)	183.478
(+/-) Outros ajustes IFRS	-
(B) EBITDA Ajustado Consolidado	146.611
(A) Dívida líquida	459.668
(B) EBITDA Ajustado Consolidado	146.611
(C) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado	3,14

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de contas a pagar.

16 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	2019	2018
Imposto de renda	10.544	9.241
Contribuição social	2.751	2.440
Outros	2.582	2.827
	15.877	14.508

17 PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	2019	2018
PIS	11.931	12.744
COFINS	54.974	58.719
	66.905	71.463

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
Circulante	11.783	11.272
Não circulante	55.122	60.191
	66.905	71.463

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pelo Grupo.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2019	2018
Imposto de renda	91.571	89.216
Contribuição social	32.966	32.119
	124.537	121.335

19 Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não possui passivos contingentes.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.600 dividido em 85.600 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo.

(b) Outras reservas de capital

Em dezembro de 2018 a Companhia emitiu ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Celeo adquiriu essas novas ações e em contrapartida transferiu o controle das empresas Triângulo e da Vila do Conde para a Companhia.

No mês de dezembro de 2018 a Companhia realizou recompras de ações, pagando o valor de R\$ 210.000.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia realizou recompras de ações pagando o valor de R\$ 252.983.

(c) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

ii. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia pagou o valor de R\$ 14.010 referente ao dividendo adicional proposto apurado sobre o exercício de 2018.

iii. Reserva de lucros a realizar

	Triângulo	Vila do Conde	Total Consolidado
Alteração da taxa que remunera o ativo de contrato (iii.1)	(185.871)	(62.974)	(248.846)
Alteração da margem reconhecida na receita de O&M (iii.2)	275.042	144.275	419.317
Alteração da inflação que remunera o ativo de contrato (iii.3)	33.719	14.653	48.372
Impacto do PIS e COFINS diferidos - ativo de contrato x ativo financeiro (iii.4)	(10.388)	(3.461)	(13.849)
Impacto do IRPJ e CSLL diferidos - ativo de contrato x ativo financeiro (iii.4)	(38.251)	(9.624)	(47.874)
Impacto da adoção do CPC47/IFRS15	74.251	82.869	157.120

iii.1 Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava o ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12. O ativo financeiro era remunerado com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto. Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, o ativo de contrato é remunerado utilizando a "taxa de desconto" definida no início de cada projeto.

iii.2 Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

iii.3 Com a alteração da TIR do ativo financeiro para taxa de desconto no escopo do ativo de contrato, houve alteração na taxa de inflação futura considerada para descontar os fluxos de recebimentos.

iii.4 Impacto dos impostos incidentes na adoção do CPC47/IFRS 15.

(d) Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia pagou o valor de R\$ 4.670 referente ao dividendo mínimo obrigatório apurado sobre o exercício de 2018.

21 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido	38.409	19.663
Média ponderada das ações emitidas	263.994	769.441
	0,15	0,03

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

22 Receita operacional líquida

		Consolidado	
		2019	2018
Remuneração do ativo de contrato		143.257	38.825
Receita de operação e manutenção		23.309	7.545
Outras receitas		939	114
Parcela variável	(i)	(4.805)	(4.055)
Receita bruta		162.700	42.429
PIS e COFINS correntes		(14.257)	(717)
PIS e COFINS diferidos		2.781	(2.335)
Encargos setoriais		(7.750)	(85)
Deduções da receita		(19.226)	(3.137)
		143.474	39.292

- i. A Parcela variável é o desconto, previsto no contrato de concessão e em resolução normativa da ANEEL, na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa da instalações integrantes da Rede Básica sob a responsabilidade da transmissora.

23 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		Consolidado	
		2019	2018
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(i)	(14.060)	-
Indenização de seguro das instalações de transmissão	(i)	8.748	-
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(5.338)	(445)
Contrato de compartilhamento de instalação		(793)	(66)
Seguros		(611)	-
Materiais		(896)	-
Diversos		(1.054)	(494)
		(14.004)	(1.005)

- i. Refere-se aos custos que o Grupo teve para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão. Parte substancial desses custos refere-se ao sinistro ocorrido no transformador da controlada Triângulo no valor total de R\$ 10.534. O Grupo acionou o seguro e foi indenizada no valor de R\$ 8.748.
- ii. Refere-se a prestação de serviço para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizado pela Celeo.

(b) Despesas operacionais

		Consolidado	
		2019	2018
Prestação de serviços administrativos	(i)	(5.462)	(455)
Diversos		(1.080)	(188)
		(6.542)	(643)

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

24 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Rendimento de aplicação financeira	1.719	38	6.566	516
Receita de juros do mútuo	14.930	-	-	-
Outras receitas	33	-	260	-
Receitas financeiras	16.682	38	6.826	516
Juros das debêntures	(36.910)	(1.194)	(36.910)	(1.194)
Custo de transação - debêntures	(2.740)	-	(2.740)	-
Juros do financiamento	-	-	-	(1.646)
Outras despesas	(955)	-	(4.274)	-
Despesas financeiras	(40.605)	(1.194)	(43.924)	(2.840)
	(23.923)	(1.156)	(37.098)	(2.324)

25 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2019	2018
Resultado antes dos impostos	68.141	32.877
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(23.168)	(11.178)
Adições	(6.564)	(2.036)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(29.732)	(13.214)
Alíquota efetiva	44%	40%

26 Transações com partes relacionadas

		Controladora			
		Ativo		Receita	
		2019	2018	2019	2018
Triângulo		14.657	34.846	-	-
Vila do Conde		15.841	17.989	-	-
Dividendos a receber	(i)	30.498	52.835	-	-
Triângulo - circulante		43.606	37.500	-	-
Triângulo - não circulante		76.692	112.500	12.468	-
Vila do Conde - circulante		3.343	7.375	-	-
Vila do Conde - não circulante		6.915	22.125	2.462	-
Mútuo	(ii)	130.556	179.500	14.930	-

		Controladora e consolidado			
		Passivo		Despesa	
		2019	2018	2019	2018
Celeo		9.122	4.670	-	-
Dividendos a pagar	(iii)	9.122	4.670	-	-
Celeo		-	-	(10.800)	(900)
Prestação de serviços	(iv)	-	-	(10.800)	(900)

i. Dividendos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu dividendos das suas controladas no montante de R\$ 34.846 da Triângulo e R\$ 35.978 da Vila do Conde.

ii. Mútuo

No dia 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou contratos de mútuo com as suas controladas no valor total de R\$ 150.000 com a Triângulo e R\$ 29.500 com a Vila do Conde, que serão recebidos em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, pelo período de 48 meses a contar da data do pagamento, com atualização de juros de 3% ao ano indexado 100% ao certificado de depósito bancário (CDI). Com o recurso do mútuo, as controladas quitaram integralmente os financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em dezembro a Triângulo liquidou o financiamento com o BNDES pagando um total de R\$ 128.498. A Vila do Conde liquidou o financiamento no mês de outubro, quando ainda estava sobre o controle acionário da Celeo. A seguir está a movimentação do mútuo no exercício.

	Triângulo	Vila do Conde	Total Controladora
Em 26/06/2018	-	-	-
Liberação do mútuo	150.000	29.500	179.500
Em 31 de dezembro de 2018	150.000	29.500	179.500
Receita de juros	12.468	2.462	14.930
Recebimento de principal	(31.394)	(19.472)	(50.866)
Recebimento de juros	(11.731)	(2.386)	(14.117)
IOF	955	154	1.109
Em 31 de dezembro de 2019	120.298	10.258	130.556

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Circulante	48.057	44.875
Não circulante	82.499	134.625
	130.556	179.500

iii. Dividendos a pagar

A Companhia pagou para a sua controladora o montante de R\$ 4.670 de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 14.010 de dividendo adicional proposto, ambos apurados sobre lucro líquido do exercício de 2018.

iv. Prestação de serviços

Refere-se ao contrato que as controladas Triângulo e Vila do Conde possuem com a Celeo para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão e para prestação de serviços administrativos.

v. Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

27 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

O Grupo administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). O Grupo não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento do Grupo possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O Grupo realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

O Grupo efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Na realização do teste, o Grupo assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Controladora			
	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(233)	(174)	(116)
Debêntures	Aumento do IPCA	17.356	13.017	8.678

	Consolidado			
	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(2.252)	(1.689)	(1.126)
Debêntures	Aumento do IPCA	17.356	13.017	8.678

* fonte: relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019 publicado no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e o IPCA para o cenário provável (4,25% e 3,50%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2020.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

28 Cobertura de seguros

O Grupo possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. O Grupo possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 170.696 para danos materiais e R\$ 9.000 para responsabilidade civil.

29 Evento subsequente

Efeitos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia e suas controladas, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do COVID-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Francisco Antolin C. Padilla

Diretor

Luiz Carlos Leite

Diretor relação com
investidores

Bruno Marcell S. M. Melo

Contador
CRC-RJ 111193/O-8